

## A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EDUCAÇÃO

**Talvanes Eugênio Maceno**

UFAL

[talvaneseugenio@gmail.com](mailto:talvaneseugenio@gmail.com)

**Elaine Cristina dos Santos Lima**

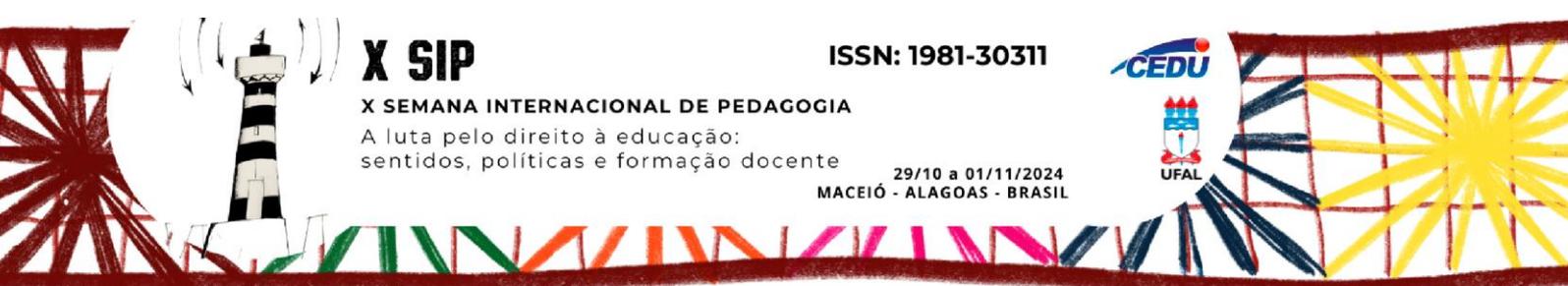
IFAL

[elainecdsl@gmail.com](mailto:elainecdsl@gmail.com)

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisamos o sentido da expansão da educação formal em curso hoje nos países de subdesenvolvimento forçado, especialmente no Brasil. Partindo do pressuposto que o fundamento ontológico da educação reside no trabalho e que a função social da esfera educativa, enquanto uma teleologia secundária, é de mediação para reprodução social, entendemos, a partir de Lukács, que o seu papel de mediadora não se limita estritamente à formação técnica e instrumental para a transformação orientada da natureza, isto é, para efetivação de trabalho. Tendo em vista essa funcionalidade, buscaremos demonstrar que nas atuais circunstâncias de reprodução capitalista, isto é, no contexto da crise estrutural do capital, a ativação da universalização da educação formal como instrumento de ajustamento ideológico para enfrentamento político da crise torna-se gravemente imperiosa ao capital. Nesse sentido, ganha forma a difusão de uma **educação necessária ao capital em crise** que assume formas cada vez mais esvaziadas de fundamentos e conteúdos. A partir de Mézáros, considerando as mudanças ocorridas na dinâmica capitalista, especialmente a exacerbação do desemprego crônico, o que caracteriza as transformações quantitativas da educação e ao mesmo tempo a redução dos seus níveis de qualidade processadas a partir da década de 1970 não é tão somente a sua reordenação para atender as necessidades das mudanças do padrão de acumulação, mas, também, a preparação dos trabalhadores para situação de não emprego.

### 2 OBJETIVOS



O texto em tela tem objeto refletir acerca da relação existente entre o desemprego estrutural decorrente da crise estrutural do capital, nos termos de Mészáros, e a função que a educação escolar assume, enquanto complexo “convocado” a mediar os efeitos desse fenômeno.

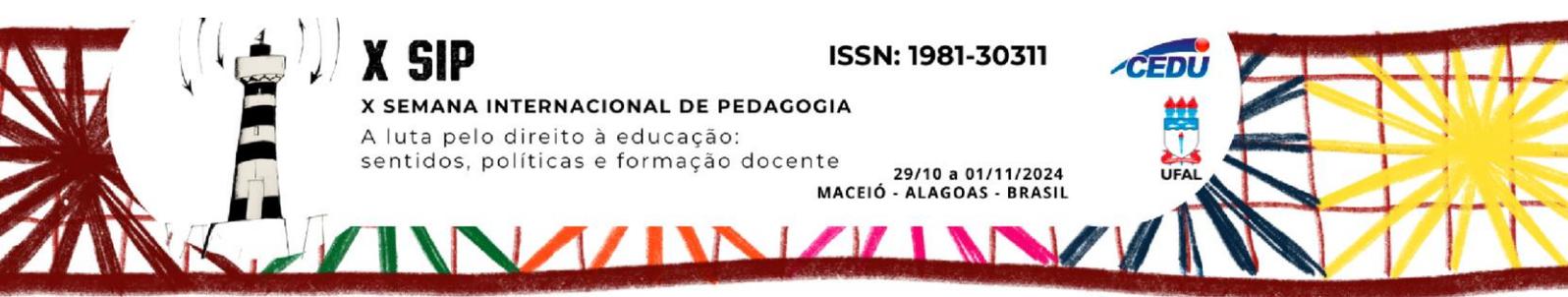
### 3 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma investigação teórica, cujo o estudo crítico orientou-se por um referencial histórico e marxista. Nesse sentido, a pesquisa teve por base o referencial teórico e metodológico fundamentado em Marx.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ação teleológica educativa assume um papel fundamental na reprodução da totalidade social. Ela torna-se um instrumento privilegiado de apropriação e transmissão de aquisições não materiais. Cabe a ela, primordialmente, todavia, não de modo exclusivo, infundir sobre os homens determinadas formas de agir em relação ao mundo natural e aos outros homens. Dito de outro modo, a ação teleológica educativa tem como função ontológica, na medida em que conserva os conhecimentos produzidos sócio-historicamente, transmiti-los de modo favorável a forma de sociabilidade concretamente existente. Esse caráter é apontado por Lukács “capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 176).

Desse modo, a função social precípua da educação consiste em “formar” os homens socialmente requeridos pela reprodução da totalidade social. Em uma relação de determinações recíprocas a educação contribui para reprodução social, na mesma medida que a reprodução social engendra as formas educativas hegemônicas necessárias à sua processualidade, assim, a educação assume uma função ontológica que se dirige a reprodução social como um todo e não estritamente ao trabalho. É mediando (evidentemente não como único complexo social) a reprodução da totalidade social que a educação mantém uma relação com a matriz que a gerou, o trabalho.

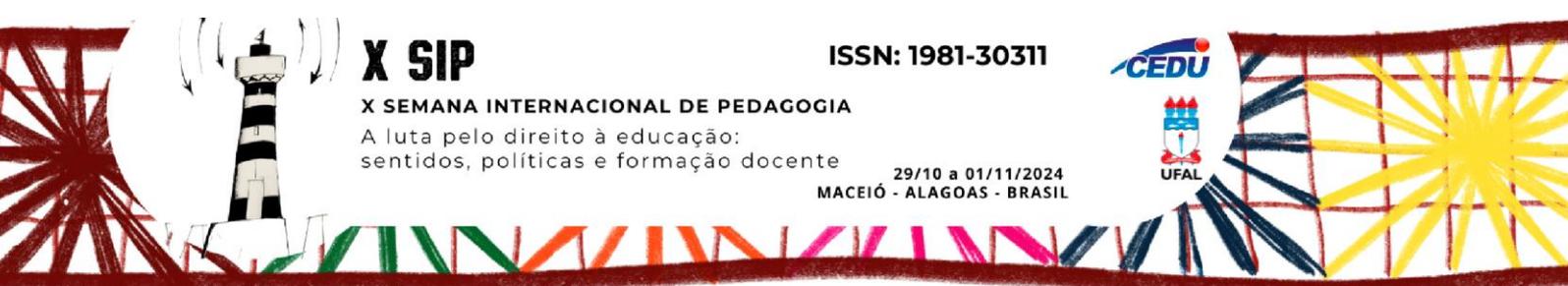


O modo de produção capitalista realiza uma inflexão importante. Ele funda, pela primeira vez na história, a possibilidade de acesso à educação *stricto sensu* pela classe trabalhadora. Essa nova forma de sociabilidade, não apenas no período de sua afirmação, quando as bandeiras políticas necessitam apresentar um projeto superior de sociedade, mas primordialmente para sua reprodução social precisam alargar os limites da acessibilidade à educação.

Frigotto (1989) aponta algumas mediações importantes que educação assume no capitalismo, sobretudo em sua fase monopolista. Entre elas, aponta o referido autor, estão: a necessidade de elevar o patamar educacional acima das exigências do processo produtivo (isso seria necessário para aumentar a seletividade, pinçando das escolas o contingente de trabalhadores produtivos e improdutivos para o mercado); a diminuição da demanda por emprego através do retardamento da entrada das pessoas no mercado de trabalho, mediante o alargamento da vida escolar; a disseminação de um saber não-específico e geral para o desenvolvimento dos traços culturais, sociais, políticos e ideológicos necessários ao capital; e, a função de circulação e realização de mais-valia.

Desse modo, a educação formal exerceria um papel mais próximo do mundo do trabalho ao formar técnico-profissionalmente as pessoas para o mercado. Porém, cumpriria, também, uma função ideológica uma vez que “forma” nos homens traços espirituais comuns tão necessários à reprodução do capital.

De acordo com Mézáros o capital é um modo de controle sócio-metabólico que tem sua origem na compra e venda da força de trabalho. Nesse momento ocorre o que Marx chama de alienação capitalista. Neste sentido, o capital assume uma forma auto-referente, uma vez que o produtor direto não se reconhece naquilo que produz e não tem o controle sobre essa produção. Ao mesmo tempo, o capital, apesar de submeter o trabalho, não é quem produz. É esse processo que está na raiz da separação entre produção e controle, onde a primeira assume uma dinâmica produtiva “sem sujeito”. A já referida disjunção entre produção e controle permite que o capital desenvolva as forças produtivas no ritmo e profundidade incomparável a qualquer modo de produção anterior ao capitalismo. Desse modo, associado aos elementos destrutivos intrínsecos de destrutividade inerentes ao capital, este realizou uma genuína produção de riqueza social. De acordo com Mézáros (2002, p. 343), essa “positividade” presente no

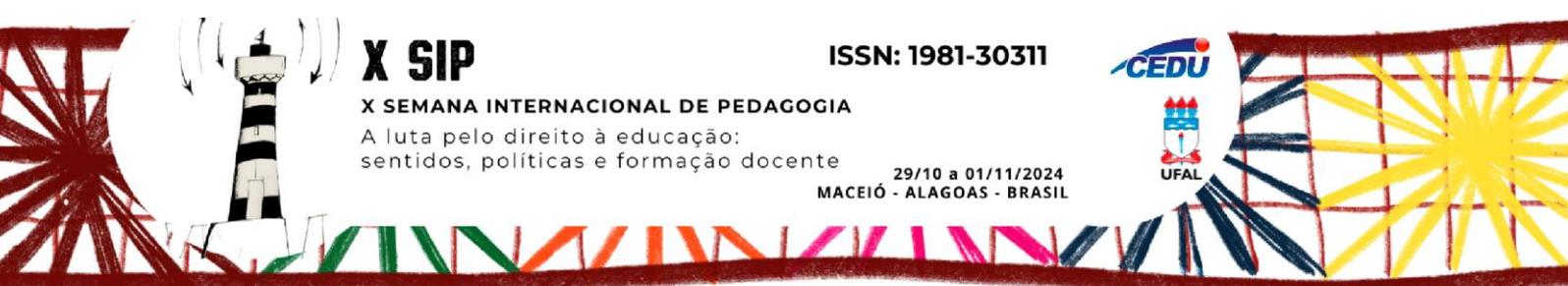


desenvolvimento capitalista corresponde a sua fase de ascensão. Tal período, ainda segundo o filósofo, encerrou-se na década de setenta do século passado. O fim da etapa de expansão e dinamismo traz como seu corolário a crise estrutural do capital. A crise em curso, assim como qualquer outra historicamente anterior, se caracteriza por uma queda do padrão de acumulação e pela consequente superprodução de mercadorias e abundância de capitais, entretanto, não só com uma profundidade maior, mas também com elementos qualitativamente distintos e agravantes. Segundo Mézários a crise é estrutural, põem em destaque os limites absolutos do capital.

Conforme aponta nosso autor, a impossibilidade de resolubilidade da crise se constata no esgotamento das estratégias de deslocamento historicamente recorrentes. Isto porque, instrumentos de deslocamento recorrentemente usados no passado não podem mais ser postos em movimento, uma vez que implicaria na extinção do capital (guerra mundial, por exemplo). Por outro lado outros mecanismos já estão de forma exacerbada em ativação, sem, contudo mostrar-se eficiente na sua solução, e mesmo em alguns casos aprofundando-a (o desemprego, por exemplo) .

À já gritante redução do tempo de trabalho social necessário à produção global promovida pela sociabilidade capitalista, mediante a incorporação elevada de capital constante, somada a combinação da extração de mais-valia relativa com a exploração da mais-valia absoluta posta em prática como mecanismo de recuperação da taxa de lucro, tem produzido um desprego absurdamente crônico. Esse fenômeno vem a ser o aspecto mais explosivo da crise estrutural do capital, isto porque, de acordo com Mézários, transforma “os trabalhadores em força de trabalho supérflua. Ao fazer isto, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada”. (ibid, p. 226. grifos do autor).

Como para o capital “o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a ‘massa consumidora’ tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia” (ibid, 2002, p. 672), essa contradição revela o seu aspecto mais preocupante, porém não único. O desemprego na dimensão crônica vivenciado na crise estrutural não é limitado exclusivamente a um exército de reserva útil ao capital como fora nos períodos de expansão, ela também “transforma por toda parte a população trabalhadora numa força de trabalho crescentemente supérflua.” (ibid, p. 341, grifos do autor).



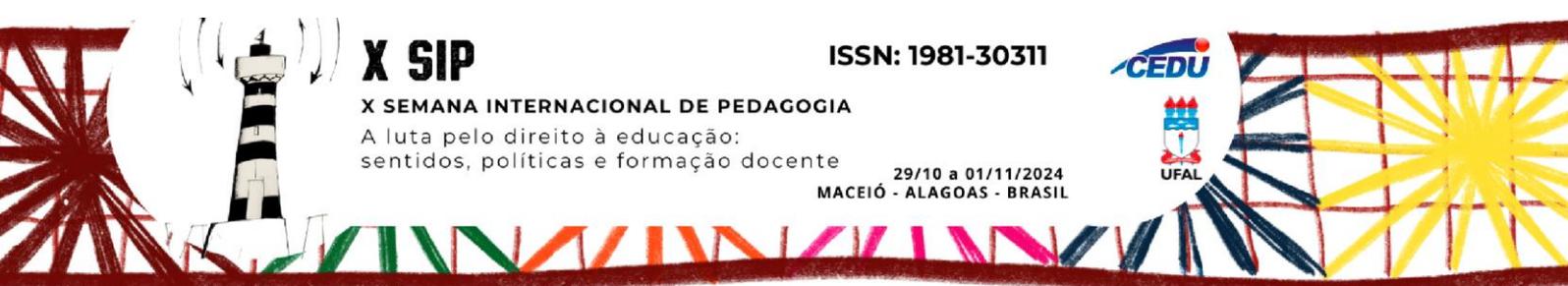
Já apontamos que a função social da educação é de mediadora à reprodução social e que a reprodução do capitalismo impõe como condição a necessidade da expansão do saber formal à classe trabalhadora. Essa essência da atividade educativa é ontologicamente fundada, nesse sentido, ela permanece inalterada mesmo na situação de crise estrutural do capital. Em que pese a inalterabilidade da função social da educação a sua manifestação fenomênica assume formas variadas em conformidade com as formas assumidas pela totalidade social. Desse modo, quanto mais a crise estrutural se aprofunda mais a ampliação da educação torna-se necessária ao capital agonizante. Isso explica o fato de que mesmo com a redução de conquista e gastos sociais por parte do Estado a educação se amplia em todos os níveis.

Uma vez que impossível deslocar a crise estrutural sem que se elimine o capital, as saídas ativadas para o seu enfrentamento se reorientam para o campo da política. Dessa forma, mais do que qualquer outro momento da história do capitalismo a esfera da política assume importância excessiva.

Em outras palavras, o capital necessita impor restrições ao seu ímpeto acumulador, uma vez que ele o empurra para sua autodestruição. Entretanto, ele não aceita e nem pode submeter-se a qualquer forma de restrição à sua lógica reprodutiva. Como o capital não pode se dirigir às causas essenciais das contradições que assolam, reporta-se então, aos seus efeitos. Desse modo, a ativação dos limites últimos do capital impõe, em intensidade maior, a esfera da política como via de “solução” para os impasses estruturais do sistema. Ou seja, o campo delimitado pelas ações baseadas na vontade, na subjetividade, passa a ser o lócus privilegiado para o enfrentamento da crise.

É neste sentido que a universalização da educação formal escolar, hoje exponencialmente ampliada, comparece como uma das dimensões da atividade social que assumem função na estratégia de limitar os defeitos estruturais do sistema capitalista aos seus efeitos fenomênicos. Nesse sentido, ela tem desempenhado, em tempos de desemprego crônico, um importantíssimo papel na relação entre educação e (des)emprego.

O paradigma da empregabilidade, assumido como tarefa essencial da educação nos dias de hoje, é o exemplo mais revelador da importância da universalização da escola



como forma de jogar para os fenômenos as causas das “disfunções” do sistema capitalista. O papel assumido pela educação na responsabilização, do desemprego pelo desempregado, da ausência de perspectiva econômica pela falta de iniciativa empreendedora do indivíduo, demonstra a necessidade da universalização da educação para o capital no atual contexto histórico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente a expansão da educação formal escolar não tem em vista a preparação técnica-funcional do indivíduo para um mercado de trabalho que diminui em termos reais o nível de conhecimento formal para a realização das atividades laborais. Em um contexto, onde, como diz Mészáros (id, p. 341), o capital reduz a níveis surpreendentes o tempo de trabalho necessário para a produção social, transformando boa parte da humanidade (em todos os países, quer sejam centrais ou periféricos) em uma “potencialmente explosiva” e “extremamente instável” força de trabalho supérflua, a universalização da educação escolar defendida pelo capital só pode significar uma tendência que visa ajustar ideologicamente os indivíduos à nova situação de desemprego crônico proporcionado pelas necessidades atuais de acumulação do capital.

Desse modo, se expande a educação, mas não de modo qualitativo. Nesse processo vemos o solapamento dos conteúdos do saber formal por meio da educação aligeirada, fragmentada, esvaziada e orientada para a formação de competências. Todo esse conjunto de problemas demonstra a deterioração que se processa na educação com a perda do caráter civilizatório do capital e a emergência de uma educação necessária ao capital em crise. Mais do que em qualquer época o conteúdo do saber está sendo trabalhado para uma construção genérica deformada.

## REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1989.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.